

“Presunção relativa”: quando a narrativa policial é colocada à prova nos processos de tráfico de drogas

Maria Gorete Marques de Jesus
Universidade de São Paulo, Universidade Federal
de São Carlos
gorete.marques@gmail.com

Mariana Celano de Souza Amaral
Universidade de São Paulo
mariana.amaral@usp.br

Resumo This article conducts a qualitative analysis of 36 decisions of declassification or acquittal in cases involving behaviors criminalized by Law 11.343/2006 (Drug Law) published by the São Paulo State Court of Justice in the years 2010, 2011, and 2017. The aim is to comprehend how police narratives are handled in cases where such testimonies do not appear to be central to the decision. When examining the outcomes within the Brazilian criminal justice system, the literature points to the predominance of convictions based on police testimonies. However, some cases do not result in such outcomes, leading to sentences or declassification of the offense to “possession for personal use” or even acquittal, which initially contradicts the police narrative. In this regard, the investigation reflects on the main types of arguments found in such cases and the existing possibilities of potential “escape routes” from the predominant judicial approach.

Introdução

Ao nos depararmos com algumas informações básicas sobre a população prisional brasileira, alguns elementos saltam aos olhos. O primeiro deles, claro, é a quantidade: segundo levantamento disponibilizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em junho de 2021 cerca de 678.973 pessoas estavam presas no país¹. Destas, cerca de 67% eram preta ou parda. Já segundo o IBGE, no mesmo período cerca de 52% da população brasileira se declarou preta ou parda^[4], o que revela desde logo a seletividade racial presente no sistema de segurança pública e justiça criminal no Brasil, como alertado por pesquisadores e organizações de direitos humanos [1], [2], [3], [4].

Bibliografia

- [1] G. d. S. Barros, «Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito», *Revista Brasileira de Segurança Pública*, vol. 2, n.º 3, pp. 134–155, jul. 2008.

¹As informações podem ser acessadas online por meio do portal SISDepen. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 01 abr. 2022.

- [2] T. V. A. Santos, «Racismo institucional e violação aos direitos humanos no sistema de segurança pública: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial», São Paulo, 2012.
- [3] J. SINHORETTO e M. D. J. SENASP, «A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais no Brasil», *MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SENASP. Pensando a segurança pública: relatório de pesquisa. Brasília: Ministério da Justiça*, 2014.
- [4] J. Sinhoretto, G. Silvestre, e M. C. Schlittler, *Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante*. São Paulo: UFSCar - GEVAC, 2014.